

# A CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Pollyanna Cristina Costa Nascimento (1); Leonardo Alves Ferreira (2); Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Danusa Mendes Almeida (3)

(1) *Universidade Estadual do Ceará - pollyannamissionaria@hotmail.com*

(2) *Universidade Estadual do Ceará - leoflated@gmail.com*

(3) *Universidade Estadual do Ceará - danusam2@hotmail.com*

## Resumo

Este artigo visa apresentar resultados preliminares de uma pesquisa em andamento cujo objetivo consiste em analisar como a formação continuada dos professores da rede municipal de Fortaleza/ Ce, contribui na definição das práticas pedagógicas da Educação Infantil. O interesse pelo estudo teve origem nas experiências na formação inicial e na prática docente em turmas de educação infantil. Atualmente, devido às novas propostas educacionais para a área da educação infantil, foi necessário pensar em uma formação específica para o professor que atua nesse nível, pois esse profissional deve saber as particularidades da criança e as propostas em torno dela, ou seja, a teoria deve estar refletindo com sua prática diária, haja vista que o professor precisa criar suas próprias metodologias de sala de aula mediante aos problemas de aprendizagem que os alunos venham a ter. A metodologia que está sendo utilizada tem uma abordagem qualitativa e terá como método de pesquisa o estudo de caso, que permite ao pesquisador fazer um estudo descritivo e bem detalhado do objeto de pesquisa escolhido. No referencial teórico para fundamentar o artigo, faremos um percurso histórico sobre a formação do educador infantil no Brasil até chegar à formação continuada; depois desse breve momento histórico iremos abordar as questões de políticas de formação dos professores e por fim, falaremos a respeito da formação continuada do município de Fortaleza. Os resultados preliminares mostram que os professores que participam da pesquisa acreditam que a Formação Continuada esteja contribuindo na melhoria de sua prática pedagógica na sua prática diária na sala de aula. Apesar disso ainda revelam outros problemas principalmente em relação à Formação em Contexto. Almejamos que as discussões propostas neste artigo junto com alguns resultados dessa investigação possam servir como ponto de partida para demais estudos acerca da temática, no intuito de subsidiar as reflexões necessárias no processo de formação continuada de professores de educação infantil.

**Palavras chave-** Formação Continuada, Educação Infantil, Práticas pedagógicas.

## Introdução

Este artigo foi elaborado tendo como base de pesquisa dados preliminares obtidos na monografia do curso de Especialização em Educação Infantil da Universidade Estadual do Ceará. O artigo se justifica por abordar, de forma reflexiva, como o processo de formação continuada vem contribuindo para melhoria dos fazeres pedagógicos dos professores da Educação Infantil V do município de Fortaleza/Ce.

Muitos são os desafios vividos pelos professores da Educação Infantil atualmente, dentre eles está à dificuldade que os educadores têm em desenvolver práticas pedagógicas que garantam a aprendizagem das crianças. A partir dessa reflexão percebemos a importância da busca pelo aperfeiçoamento de suas práticas em programas de formação continuada, proporcionando a esses sujeitos as condições necessárias para enfrentarem as dificuldades que venham a surgir durante esse processo, e desse modo, esses fazeres pedagógicos estarão mais próximos do objetivo da educação infantil que é promover o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, afetivo e intelectual, respeitando o caráter lúdico nas atividades a serem trabalhadas.

O interesse pela temática surgiu devido às experiências na formação inicial docente, da qual podemos perceber pouco espaço no currículo para atuar nas salas de educação infantil. Tendo em vista que a formação inicial quase não qualifica esse profissional, começamos a pensar como a formação continuada contribui para o aperfeiçoamento, preenchendo possíveis lacunas que permanecem desde a graduação.

As novas propostas educacionais para a área da educação infantil tornaram necessário pensar em uma formação específica para o professor que atua na educação infantil, pois esse profissional deve saber as particularidades da criança e as propostas em torno dela. Ou seja, a teoria deve estar refletindo com sua prática diária, haja vista que o professor precisa criar suas próprias metodologias de sala de aula mediante aos problemas de aprendizagem que os alunos venham a ter. Desse modo, tendo como base essa concepção o objetivo desse artigo é analisar como a formação continuada dos professores da rede municipal de Fortaleza/CE, contribui na definição das práticas pedagógicas para o referido nível de ensino. A metodologia utilizada tem uma abordagem qualitativa e tem como método de pesquisa o estudo de caso, que permite ao pesquisador fazer um estudo descritivo e bem detalhado do objeto de pesquisa escolhido. A pesquisa está sendo realizada em uma escola da rede pública do município de Fortaleza/CE, em turmas de Educação Infantil V e na formação continuada dos professores regentes dessas salas.

Almejamos que os resultados preliminares dessa investigação possam servir como ponto de partida para demais estudos acerca da temática, no intuito de subsidiar as reflexões necessárias no processo de formação continuada de professores de educação infantil, de forma a buscar nas formações em serviço os conhecimentos e vivências necessárias para compreender a realidade dos alunos e focar na efetivação da aprendizagem deles.

## **Metodologia**

Esse trabalho está sendo desenvolvido numa abordagem qualitativa que se preocupa com subjetividade da pesquisa que analisa todos os seus pontos. O estudo de caso se divide em três fases: exploratória do objeto de estudo, a segunda fase é a coleta de dados ou delimitação do caso, e por fim análise sistemática dos dados. Na fase exploratória é o momento que o pesquisador vai à campo confirmar o caso e saber quem serão os participantes envolvidos no estudo, além de estabelecer os documentos a serem analisados. No segundo momento de coleta de dados, o pesquisador tem que fazer perguntas ou entrevistas, observar e ler documentos. Na última fase, o pesquisador reunirá todos os dados da pesquisa para fazer a análise e por fim acrescentará algo na pesquisa tendo como fonte de estudos o referencial teórico sobre a temática. (ANDRÉ, 2013)

Conforme os passos descritos acima, a investigação encontra-se na última fase, a saber, a análise dos dados levantados, definindo as categorias da coleta de dados e fazendo a articulação entre estes e o referencial teórico a fim de responder a problemática que norteia essa investigação. No próximo tópico então traremos alguns trechos da entrevista semi estruturada realizada com as professoras de uma Escola da Rede Pública do município de Fortaleza-Ce, articulando com os documentos analisados até o momento e com as leituras feitas.

## **Resultados e Discussão**

Antes de apresentarmos os resultados preliminares precisamos discutir como acontece a formação continuada dos professores no município de Fortaleza/Ce, na Educação Infantil e compreender como ocorreu o percurso histórico da formação de professores no Brasil no referido nível de ensino na Educação Infantil. Após esse breve caminho histórico falaremos sobre as políticas nacionais que regem a formação continuada no Brasil e no Município de Fortaleza/Ce. Todos esses aspectos precisam ser tratados para que possamos entender as discussões em torno dessa temática, para que assim possamos responder o objetivo proposto nesse artigo.

As primeiras iniciativas de escolas que tinham como propostas a formação dos professores do Brasil começaram no século XIX, inspiradas nos ideais da Revolução Francesa, com a ideia de criar uma escola normal de

professores leigos do Estado que atuassem no sistema público de ensino, uma vez que, a partir dos ideais Franceses, o ensino primário deveria ser ofertado a toda população. (TANURI, 2000)

Durante os anos de 1986 e 1988, após o período de vinte anos de ditadura militar, o Brasil começa a ser palco de várias mobilizações populares realizadas em todo o País que tinham como objetivo propor um novo modelo de sociedade e de Estado. Essas mobilizações fizeram com que a criança e demais grupos de excluídos fossem pauta de uma grande discussão e debate que consolidou a elaboração da atual Constituição Federal. A criança ganhou tanta notoriedade que começou a ser vista como uma *cidadã* que deve ter seus direitos garantidos em um todo não apenas fracionado, um indivíduo então que deve ser compreendido e atendido em suas necessidades (NUNES, 2011).

A Constituição Federal de 1988 abriu então espaço para novas definições aos princípios da República, fazendo com que a criança passasse a ser vista como um cidadão que tem que ter seus direitos assegurados pelo Estado, esses direitos podem ser alcançados ainda pela família e sociedade. A Carta Magna abriu espaço para a criação do Estatuto da criança e Adolescente (ECA), em 1990, e a reformulação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), Lei de nº 9.394/1996, permitindo assim que a criança tivesse assegurado todos os seus direitos, pelo menos no âmbito legal. A educação da criança, diante desse novo contexto, conquistou um novo espaço onde passou a ser percebida como algo fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem.

A LDB nº 9.394/1996 permitiu que a Educação Infantil passasse a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica conforme descrito no Art. 29: “A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” A Educação Infantil, por intermédio desse artigo, passa a ser vista como etapa fundamental na educação da criança, ressaltando a escola, juntamente com a família como as principais instâncias de formação e desenvolvimento da criança, possibilitando o processo de compreensão do mundo a sua volta. A escola contribuirá para o desenvolvimento integral do sujeito, fazendo com que desse modo construa sua autonomia e possa vivenciar sua cidadania ou lutar por ela. O ensino recebido na escola passou a ser tão importante quanto à educação que as crianças recebem em casa (BRASIL, 1996).



Algumas alterações ao longo dos anos foram feitas na LDB. Dentre as mudanças, percebe-se que houve uma preocupação quanto à formação dos profissionais que trabalharão na Educação Infantil, ao definir que os professores que poderão atuar na Educação Infantil, no artigo 62º, deverão ter graduação em curso de licenciatura plena em universidade ou instituto superior de educação ou especialista na área considerada como formação mínima para atuar na Educação Infantil. O artigo nos permite concluir que o profissional que trabalhará com as crianças do infantil precisa ser um professor capacitado que tenha competência e compreensão do universo infantil para garantir melhor qualidade de ensino para as crianças.

Com base na premissa da LDB de que a União colabore com Estados, Distrito Federal e municípios, ela estabeleceu as diretrizes curriculares para toda a Educação Básica. Barros (2008, p. 5) comenta que a proposta das Diretrizes Curriculares “[...] significa fixar as normas mínimas que assegurem uma formação comum em todo o território nacional”.

Assim, podemos dizer que a Constituição de 1988 possibilitou avanços com relação à formação da criança para o exercício da cidadania. Uma das contribuições foi a elaboração de novos documentos da Educação Infantil, que possibilitaram um grande progresso também na formação dos professores. Diante disso, a formação inicial desse profissional tem que atender as especificidades da Educação Infantil, não apenas se limitando apenas ao domínio de práticas que levam as crianças apenas a memorização como acontecia nas primeiras formações que tinham como currículo o método mútuo, haja vista, que a criança de zero a cinco anos tem suas particularidades e devem ser pensada para que a escola lhe atenda em um todo.

Outro documento que orienta sobre a educação infantil é o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), elaborado no ano de 1998 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC). O objetivo do Referencial é contribuir com a formação dos professores que atuam na Educação Infantil e garantir que as crianças recebam uma educação de qualidade, cujo seus direitos de infância venham a ser reconhecidos. O ministro da época, sobre o Referencial, disse que “será oferecido a estados e municípios em caráter de colaboração, porque pela lei, cabe aos municípios a responsabilidade pelo currículo de educação fundamental” (KRAMER, 1999, p. 140). O Referencial é composto por três volumes, cada um deles tem suas especificidades e pretende enriquecer o conhecimento do educador, contribuindo assim com suas práticas educativas.

No Referencial já percebemos a preocupação com o perfil profissional que atuará na sala de Educação Infantil, haja vista o fato de até

então, as competências e habilidades dos professores para a educação infantil eram mínimas: saber ler e escrever e ter habilidades com crianças. Entretanto, o Referencial, tendo por base a LDB de 1996, Art. 62, afirma que as redes de ensino teriam que se adequar ao que foi estabelecido na Lei, tendo que investir na formação dos professores para melhorar a qualidade de ensino que era ofertada. (BRASIL, 1998)

Ainda no Referencial, a respeito da formação continuada, comenta que ela:

[...] deve fazer parte da rotina institucional e não pode ocorrer de forma esporádica. Hora e lugar especialmente destinado à formação devem possibilitar o encontro entre os professores para a troca de ideias sobre a prática, para supervisão, estudos sobre os mais diversos temas pertinentes ao trabalho, organização e planejamento da rotina, do tempo e atividades e outras questões relativas ao projeto educativo. (p. 67-68).

Podemos perceber que a formação continuada nesse momento já começa a delimitar aspectos como onde deve acontecer e como ocorrer, e o que a instituição de ensino precisa possibilitar nos encontros dos professores para as trocas de informações sobre suas práticas e seus saberes. Essa formação não pode vir acontecer a qualquer tempo ou qualquer horário, pois ela tem que estar interligada à rotina do professor no ambiente de trabalho e deve fazer parte do calendário escolar.

Outros documentos que contribuíram para explicar a especificidade e as particularidades da Educação Infantil e da formação desse profissional para atuar nessas salas são: as Políticas Nacionais de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a cinco anos à educação (BRASIL, 2006) e os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (BRASIL, 2008) e a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais da Resolução de nº 5, de 7 Dezembro de 2009.

Ainda tratando dos documentos de âmbito nacional que tratam das políticas públicas de Educação Infantil está a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução de nº 5, de 7 de Dezembro de 2009. Essa lei, de acordo com o seu Art. 2º, agrupa vários princípios, fundamentos e métodos que foram determinados pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para direcionar as políticas públicas na área e a construção, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas curriculares.

Na esfera estadual, seguindo as orientações dessa Resolução, o governo do Estado do Ceará elaborou as Orientações Curriculares para Educação Infantil (2011). Nesse documento os professores podem pensar em rotinas, metodologias, atividades e materiais que podem ser usados nas suas aulas. Esse trabalho faz

parte das metas do Mais Paic<sup>1</sup>, eixo Educação Infantil, vigente no Estado. O Mais Paic tem como um de seus objetivos, contribuir com propostas e programas de formação continuada da Educação Infantil dos municípios participantes do Estado do Ceará.

Tendo como base todos esses documentos, a prefeitura municipal de Fortaleza cria a Resolução nº 002/2010 do Conselho Municipal de Educação de Fortaleza (CME). Nesse documento diz que a formação continuada deve ser oferecida pelas instituições de ensino levando em consideração as Propostas Pedagógicas, bem como as especificidades da criança. Esses estudos podem ocorrer tanto nas escolas como em outros estabelecimentos que podem ser feitas por meio de seminários, jornadas ou encontros dentre outros. (CME, 2010)

A formação dos professores da Educação Infantil, oferecido pela Prefeitura de Fortaleza/Ce acontece em dois encontros no mês, em um intervalo de quinze dias e tem a duração de quatro horas. Esses encontros são ministrados por professores contratados pela Prefeitura que são submetidos a uma seleção pública aberta aos profissionais que tiverem em seu currículo experiências nas salas de Educação Infantil.

As Diretrizes ainda abordam a questão dos encontros Pedagógicos quando diz que:

“Os Encontros Pedagógicos objetivam promover oportunidade de estudo e organização do trabalho a ser desenvolvido pelos profissionais da educação, visando a integração e o fortalecimento da equipe para (re)elaboração Proposta Pedagógica da instituição. [...] O Encontro Pedagógico é concebido como formação em contexto [...]”. (FORTALEZA, 2017, p. 8)

Dessa forma, os Encontros Pedagógicos podem ser vistos como a continuação da formação que os professores recebem fora do ambiente escolar ministrada por professores formadores. Tanto os Encontros Pedagógicos como a formação em contexto acontecem na instituição que o professor leciona, sendo ministrada exclusivamente pela equipe de gestão a partir das orientações da Secretaria Municipal de Educação (SME).

A respeito da Formação Continuada oferecida pela prefeitura uma das professoras da qual vamos chamar de “A”, durante a entrevista semi estruturada, falou assim: “Este ano acontece de forma mensal. Alternando formação em contexto (orientada pela coordenadora

---

<sup>1</sup> Essa política educacional surgiu em 2007 com a denominação Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC). O objetivo inicial do programa era alfabetizar os alunos de escolas públicas cearenses até o final do segundo ano letivo, promovendo parcerias com os municípios. Em 2015 o programa teve seu nome mudado para Mais Paic, com o governo de Camilo Santana, que ampliou o programa e agora passou a atender os alunos de todos os anos do Ensino Fundamental do Estado do Ceará.

pedagógica da instituição com todo grupo de professores e assistentes) e, encontros com formadores da rede.”

Essa formação em contexto permite que os professores e a equipe escolar possam refletir como devem aprimorar as práticas pedagógicas de ensino, olhando a realidade de cada docente da instituição, pois permite criar estratégias para solucionar eventuais problemas que venham surgir em relação a aprendizagem da criança. Sobre essa questão, Zabalza comenta que “se a formação for baseada nas necessidades institucionais será mais provável que sejam produzidos benefícios em nível geral. [...] Nestes casos, o resultado da formação refletirá diretamente na qualidade do funcionamento da escola como um todo.” (1998, p.59).

Sobre a Formação em Contexto a professora B fala: “Eu, em particular, não gosto quando a formação é em contexto, pois é feita apenas com duas professoras e a coordenadora, em um período curto, pois sempre ambas estão ocupadas resolvendo outras questões, sobrando pouco tempo para discursão.”

Diante desse depoimento, podemos perceber o quanto a Formação em Contexto quando não bem aplicada pode produzir insatisfação. Sobre isso, a Formação Continuada da rede municipal de ensino de Fortaleza, que tem como base a Proposta Curricular e em um dos seus capítulos, que tem como título *Formação continuada e acompanhamento docente o desafio de refletir, transformar e qualificar a prática pedagógica*, vai refletir como deve acontecer a articulação entre a Formação e a prática na sala de aula, tendo como ponto de partida a ideia de que a Formação em Contexto deve ser adotada nas escolas, pois o Formador será o coordenador pedagógico e deve atuar “acompanhando o percurso singular de cada professor durante o momento dos planejamentos de ensino e em outros encontros, atentos às especificidades de cada um e propondo intervenções pedagógicas necessárias, a fim de qualificar a ação docente” (2016, p. 124)

Nesse sentido, uma nova figura na formação continuada fica em holofote: o coordenador pedagógico. Na modalidade de formação em contexto, esse profissional exerce um papel essencial na articulação das políticas educacionais e propostas pedagógicas oficiais com a prática dos professores em sala de aula. Esse coordenador precisa ter conhecimentos sobre as teorias da formação continuada, o currículo da educação infantil e saber sistematizar a formação continuada às práticas pedagógicas dos docentes dessas turmas. Assim sendo, propomos como uma das soluções para dar sentido à formação continuada, a participação efetiva da coordenação pedagógica no desenvolvimento de ações que proporcionem uma



reflexão das práticas docentes, a partir da compreensão de sua própria realidade de ensino

Ao serem perguntadas se a Formação está contribuindo na sua prática diária elas responderam assim:

- Sim. A formação possibilita principalmente uma reflexão sobre teoria e prática. Vejo como uma oportunidade de não engessar minha prática com aquilo que é comum e corriqueiro, mas de estar em constante pesquisa e estudo sobre as diversas possibilidades de experiências que enriqueçam o universo de aprendizagem das crianças. (Professora, A)

-Acredito que sim, pois como este é meu primeiro ano, então tudo é novidade. Nas formações fico sabendo de informações que na correria do cotidiano da escola não tenho conhecimento. (Professora, B)

Mediante as falas das professoras, podemos perceber que a Formação Continuada em maneira geral está contribuindo de forma significativa com prática diária da sala de aula, pois elas permitem com que as educadoras enriqueçam seus saberes e fazeres na aprendizagem das crianças, fazendo com que elas obtenham informações novas a respeito da prática. Entretanto, as dificuldades mencionadas revelam que os professores ainda não conseguem colocar em práticas aquilo que é visto nas formações continuadas, relatando alguns motivos como a rotina diária da turma, que consome tempo demasiado; e a falta de aprofundamento das discussões devido à desorganização do momento da formação em contexto.

## Conclusões

Retomando o objetivo geral deste trabalho, que consiste em analisar como a formação continuada dos professores da rede municipal de Fortaleza contribui na definição das práticas pedagógicas da Educação Infantil, percebemos que o artigo não conseguiu responder plenamente a essa questão, pois, para analisarmos se de fato a formação continuada está trazendo mudanças significativas na prática de sala de aula, necessitaríamos de mais análises das observações que ainda estão em andamento na pesquisa e do nosso olhar do planejamento, se está sendo aliado aos saberes e técnicas obtidas no percurso formativo.

Por outro lado, com os dados aqui discutidos, foi possível estabelecer algumas considerações importantes sobre o contexto da formação continuada para as professoras participantes, dando indícios de que, apesar das contribuições dela para a melhora das práticas docentes, ainda existem lacunas a serem preenchidas, principalmente quando é realizada a formação em contexto.

Dessa forma, podemos, à guisa de conclusão, considerar que o processo de formação continuada de professores da educação infantil da rede pública municipal de Fortaleza está buscando formar professores que adotem práticas pedagógicas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo município, mas que ainda não estão sendo postas em prática com plenitude.

## Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **O que é um estudo de caso qualitativo na educação?**. Salvador, v. 22, n 40, p. 95-103, jul/dez. 2013.

BARROS, M. D. **Educação infantil: o que diz a legislação**. Disponível em: <<http://www.lfg.com.br>> Acesso em: 12.ago. 2017.

BRASIL. CNE/CEB. **Resolução nº 05/2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Vol. 2 - Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. de 26 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)

FORTALEZA. **Diretrizes Pedagógicas na Educação Infantil**. Coordenadoria de educação infantil. Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza: Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2017.

\_\_\_\_\_. **Proposta curricular para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza**. Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza: Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2016.

\_\_\_\_\_. CME/CEI. **Resolução nº 2010**. Fixa normas para o ato de criação, credenciamento e autorização de funcionamento de Instituições Públicas e Privadas de Educação Infantil no âmbito do Sistema de Ensino Fortaleza.

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade**. Disponível em: <<http://www.seduc.pa.gov.br/portal/Arquivos/TarefaLink/296.pdf>> Acesso em: 05 jul. 2013.

TANURI, L. M. **História da formação dos professores**. Revista Brasileira de Educação, v 14, n 14. p. 61- 193, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>>. Acesso em 11 jul. 2017.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.